

## **OS DESAFIOS CONSTANTES NA TOMADA DE DECISÃO PARA A RACIONALIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO DE BENS PÚBLICOS**

A particularidade histórica dos bens imóveis públicos com aquisições originárias, cria, na atualidade, a difícil tarefa de gestão de bens desnecessários à Administração Pública ou mesmo não adequados ao uso por parte de órgãos e entidades estaduais.

O debate atrelado à racionalização do espaço público surge com o intuito de análise dos ativos imobiliários e classificação dos mesmos em duas categorias: bens necessários ou desnecessários à administração. Neste contexto, percebeu-se como problemática a inexistência de informações de imóveis para a tomada de decisão relacionada a destinação, desincorporação e incorporação de bens.

Por meio de atualizações cadastrais de imóveis realizadas entre 2011 e 2022, realizou-se levantamento ocupacional, documental e monetário de imóveis. Como resultado da manutenção do cadastro atualizado, constatou-se a existência de diversos bens ocupados por municípios, entidades e organizações da sociedade civil e ainda por terceiros, não autorizados. Com o intuito de concentração do esforço de gestão sobre bens efetivamente úteis, iniciou-se a tramitação de grande volume de doações condicionadas ao interesse público e ainda de processos de reversão imobiliária.

Os estudos decorrentes das atualizações cadastrais também permitiram a caracterização de bens passíveis de alienação onerosa e a confiabilidade na instauração de novas aquisições e locações, uma vez que a ausência destes dados pode resultar no não aproveitamento de bens existentes. Neste cenário, reduziu-se cerca de 290 mil reais mensais em locações, 380 Projetos de Lei e Despachos para doação ou reversão foram aprovados e 55 milhões de reais em alienações arrecadados.

Identificou-se assim que o acesso a informações concisas e sistematizadas de ativos patrimoniais permite o acompanhamento com profundidade de movimentações entre ocupantes e a destinação de bens a projetos relevantes à administração. Destaca-se que o controle normativo e administrativo dos processos de incorporação e desincorporação torna-se primordial para efetividade na gestão patrimonial.

Conclui-se que os desafios atrelados à racionalização de imóveis públicos devem ser entendidos como constantes, uma vez que dependem de acompanhamento dos bens ao longo do tempo, bem como das transformações da administração pública.

### **AUTORES:**

Felipe Carvalho Guilhermette

[felipecg@seap.pr.gov.br](mailto:felipecg@seap.pr.gov.br)

Marta Cristina Guizelini

[marta.guizelini@seap.pr.gov.br](mailto:marta.guizelini@seap.pr.gov.br)

Heloisa Meyer Toledo

[heloisa.toledo@seap.pr.gov.br](mailto:heloisa.toledo@seap.pr.gov.br)

Jessica di Paula Souza de Oliveira

[jessicapso@seap.pr.gov.br](mailto:jessicapso@seap.pr.gov.br)